

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Proposta de Fiscalização e Controle - PFC nº 149/2013

Contaminação por chumbo e outros metais pesados no Brasil.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

(Do Sr. Roberto de Lucena)

Requer sejam tomadas providências para a celebração de convênios ou contratos de prestação de serviços com instituições capacitadas a emitirem laudos sobre contaminação por chumbo e outros metais pesados na região do Vale do Ribeira, nos Estados de São Paulo e Paraná.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, sejam tomadas providências para a celebração de convênios ou contratos de prestação de serviços com instituições capacitadas a emitirem laudos sobre contaminação por chumbo e outros metais pesados na região do Vale do Ribeira, nos Estados de São Paulo e Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Fiscalização e Controle nº 149/2013 tem como objetivo fiscalizar os atos de gestão de órgãos da administração direta e indireta da União responsáveis por atender a população atingida por contaminação por chumbo e outros metais pesados, por promover a recuperação ambiental das áreas degradadas, e por responsabilizar as empresas vinculadas à Sociedade Mineira e Metalúrgica de Peñarroya e suas sucessoras pelo passivo socioambiental deixado no Brasil.

A PFC 149/2013 resulta do Grupo de Trabalho sobre Contaminação por Chumbo, que atuou na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados de abril a outubro de 2013.

Essa iniciativa da Câmara dos Deputados foi uma resposta ao apelo de vítimas da contaminação por chumbo e outros metais pesados em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, resultado da atividade metalúrgica instalada em 1960. A Companhia Brasileira de Chumbo - COBRAC processava os minérios explorados na Mina de Boquira, na Bahia.

Em 1993, a COBRAC encerrou seus trabalhos em Santo Amaro, sem que tivesse arcado com suas mínimas responsabilidades de atenção à saúde dos trabalhadores, familiares e população contaminada, e de descontaminação e restauração ambiental. As graves violações aos direitos humanos estão comprovadas nos autos dos processos judiciais em curso sobre a matéria.

A pesquisa realizada demonstrou que a empresa mineradora e metalúrgica responsável pelo passivo socioambiental na Bahia permanece em operação no Brasil, como resultado de uma série de sucessões empresariais. A Companhia Brasileira de Chumbo - COBRAC passou à gestão da Plumbum - Mineração e Metalurgia, que mais tarde foi absorvida pela gaúcha Trevisa Investimentos, antes Grupo Trevo e Grupo Luxma.

Restou claro que a situação encontrada na Bahia não se limita àquela unidade da federação. O grupo ali representado pela Plumbum/COBRAC mantém-se ativo em diversos pontos do território nacional. É muito preocupante que a outra região afetada pela contaminação de chumbo e outros metais pesados seja o Vale do Ribeira, na fronteira entre os estados de São Paulo e Paraná.

Uma região de grande diversidade cultural e biológica, e, como Santo Amaro, de vital importância histórica para o Brasil, o Vale do Ribeira está exposto à contaminação por chumbo e outros metais pesados, com o agravante de ser uma área com solo mais frágil do que o encontrado na Bahia, o que certamente potencializa o passivo socioambiental naquela região.

As enchentes que inundaram cidades do Vale do Ribeira no último verão trouxeram, entre tantas outras mazelas, o risco de contaminação por chumbo e outros metais pesados dispostos de forma incorreta às margens do Ribeira. Apesar de várias denúncias sobre o tema, a

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo paulista, tem reiteradamente negado o risco de contaminação.

Daí a necessidade de se contar com o apoio de instituições que tenham competência técnica e possam prover a PFC 149/2013 de laudos periciais independentes sobre a contaminação do Vale do Ribeira por chumbo e outros metais pesados, derivados de atividade mineira e metalúrgica naquela região.

Para tanto, sugerimos que sejam consideradas as seguintes instituições:

1. Laboratório de Radioisótopos Eduardo Penna Franca - LREPF, vinculado ao Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho - IBCCF, órgão suplementar da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. <http://www.biof.ufrj.br/ibccf/>
2. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT, vinculado à Universidade de São Paulo - USP. <http://www.ipt.br>
3. Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. <http://www.cetem.gov.br>

Sala das Sessões, em de março de 2014.

Deputado ROBERTO DE LUCENA
Relator